A RELAÇÃO ENTRE INDÍGENAS E CANGACEIROS NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1922-1938)

Maria Tereza de Melo Cavalcanti[1]

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre os indígenas das comunidades Atikum-Umã e os cangaceiros do período lampiônico (1922-1938), época em que Virgulino Ferreira da Silva, também conhecido como Lampião, liderava um dos maiores bandos no Sertão de Pernambuco. Buscando compreender os processos constituintes dessas interações bem como apontar as dinâmicas sociais entre esses dois grupos, levando em consideração que o abrigo fornecido pelos indígenas na Serra do Umã e o contexto sociocultural da época indicam algumas das razões para o estabelecimento dessa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Cangaceiros. Sertão pernambucano.

INTRODUÇÃO

As relações entre indígenas e cangaceiros[2] no Sertão[3] pernambucano se estabeleceu de forma intensa ao decorrer do século XX. Apesar da carência dos aglomerados urbanos e da presença formal do Estado – levando em consideração que as autoridades que existiam eram manipuladas e consequentemente controladas por grupos familiares de influência –, o ambiente sertanejo das décadas de 1920 e 1930 era um espaço rico em interações socioculturais, favorecendo as permanentes trocas culturais. Dessa forma, dentro de processos intensos e conflituosos, a dialética de vivência dos

[1] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. terekateka@gmail.com.

[2] Aparentemente as palavras cangaceiro e cangaço começaram a ser usadas nos anos de 1980. As mesmas se relacionavam à "canga" ou "cangalho" – o jugo dos bois. A guisa de conhecimento ver: CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Tradução: Sarita Linhares Barsted. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

[3] Acerca do conceito de Sertão, Manuel Correia de Andrade subdivide quatro grandes regiões naturais e geográficas do Nordeste brasileiro: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Nortes. Para o autor, a definição de Sertão é voltada para o seu clima a quente, seco e sujeito a secas periódicas. Consultar: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2005. p. 37-38. O autor subdivide quatro grandes regiões naturais e geográficas no Nordeste do Brasil, Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. Para ele, a definição de Sertão é voltada para o seu clima, quente, seco e sujeito a secas periódicas. É válido ressaltar que a perspectiva de Sertões no período colonial se dá pelos "espaços não ocupados pela administração lusa e eram considerados espaços da barbárie, onde habitavam os 'índios bravos'". (ALMEIDA, 2010, p. 32).

cangaceiros e dos indígenas se apresenta quando os integrantes do bando de Virgulino Ferreira da Silva – Lampião –, encontram, inicialmente, na Serra do Umã[4], um abrigo contra as tropas volantes[5] que os perseguiam.

A constância dos encontros entre os grupos de cangaceiros e os povos indígenas da Serra do Umã é fruto de condições objetivas, as perseguições das tropas volantes. Entretanto, se faz necessário destacarmos que era uma realidade construída por disposições formadas em cima de possibilidades, como também de impossibilidades relacionais, necessidades, facilidades e impedimentos que estão inscritos em uma rede de trocas de múltiplos sentidos. Dessa forma, tanto o coito voluntário[6] fornecido pelos indígenas da Serra do Umã como o contexto sociocultural da época (MARQUES, 1999) são indicadores do estabelecimento das interações entre esses dois grupos. A região era marcada por diversos episódios de violências, evidenciando os vários conflitos entre diferentes grupos familiares.

O enfoque da pesquisa visa analisar as relações entre os povos indígenas Atikum-Umã[7] e os cangaceiros durante o período lampiônico, que compreende desde o

[4] Na década de 1920, a Serra do Umã, estava situada nos limites dos municípios de Floresta dos Navios, atual Floresta, e Salgueiro. Atualmente está localizada na cidade de Carnaubeira da Penha, a aproximadamente 482Km da capital, Recife. Desde antes do período oitocentista e, principalmente depois dele – com a extinção dos aldeamentos e a instituição da Lei de Terras –, muitos índios procuraram "áreas de refúgio", como por exemplos os brejos e os altos das serras, sendo assim a Serra do Umã também era um local de "refrigério" e "refúgio" de povos indígenas, sendo um lugar de cobiça e disputa pelo território por não-índios. A esse respeito ver: OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá**: relações socioambientais no Sertão Pernambucano. Campina Grande, 2014. Dissertação (Mestrado em História).

[5] Força policial do Estado para repressão do cangaço. A esse respeito ver: ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas (1922-1938). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia: Recife – PE: EDUPE, 2016.

[6] No vasto campo da literatura do cangaço, a palavra "coito" está intimamente relacionada ao conceito de abrigo. Um ponto de apoio e proteção para os grupos de cangaceiros, onde estes poderiam encontrar segurança e provisões. Ao decorrer deste artigo o termo seguirá esse mesmo conceito. Destacando que podemos distinguir o coiteiro de duas formas. O coiteiro voluntário é todo aquele que acolhia os grupos de bandoleiros por uma questão identitária. Em contrapartida, o coiteiro involuntário eram obrigados a prestar apoio e guarida aos cangaceiros através de ostensivas ameaças e intimidações. A guisa de conhecimento ver: VILLELA, Jorge Mattar. **Operação anti-cangaço**: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, nº 25, p. 93-113, abr. 1999.

[7] A denominação Atikum-Umã, se dá em referência a ancestralidade desses povos. Umã significa "índio mais velhos", pai dos Atikum, cuja descendência se criou na Aldeia Olho d'Água da Gameleira, atual Olho D'Água do Padre. GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra

início das ações de Lampião como chefe de um dos maiores bandos de cangaceiros até o período em que o mesmo vem a óbito – quando ele e uma pequena parcela do grupo são surpreendidos pelas tropas volantes na Grota de Angico[8] no sertão alagoano (1922-1938).

Sendo assim, este estudo torna-se relevante quando observamos a escassez de documentos acerca desta temática bem como as lacunas que existem a respeito das relações entre esses dois grupos, como se deu e por quais motivos. Entretanto, ao longo da construção deste artigo, é possível perceber que o contato entre indígenas e cangaceiros podem ser observadas na Serra do Umã, onde o acesso dos bandoleiros ao território dos povos Atikum-Umã vem a ser bem mais intenso do que nos demais territórios indígenas da região.

A pesquisa tem como base os diálogos entre antropólogos e historiadores, como por exemplo, Ana Claudia Marques (1999) e João Pacheco de Oliveira (2004), bem como os historiadores Carlos Fernando Santos (2015) e Maria Regina Celestino de Almeida (2010). Buscando compreender a história indígena, as trajetórias e o estabelecimento dessas populações no Semiárido[9] pernambucano, mais especificamente na Serra do Umã. É pertinente levarmos em consideração que, em relação aos documentos referentes aos povos indígenas em Pernambuco, os diversos relatos que foram escritos à época não eram elaborados por índios, o que acabava por reproduzir um discurso eurocêntrico nos documentos concernentes a esses. Sendo assim, "torna-se imprescindível desvendar na fala oficial dos documentos os tropeços das representações

---

do Umã. *In*: **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). – 2. ed. - Contra Capa Livraria/LACED, 2004. p. 139.

[8] A respeito da Grota de Angico e da morte do rei do cangaço, ver: MELLO. Frederico Pernambucano de. **Apagando Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2018.

[9] A região também é conhecida como Sertão, possuindo uma extensa área de aproximadamente 900mil km², correspondendo a 8% do território brasileiro. O Semiárido abrange, além dos quase 86% dos estados nordestinos, Minas Gerais e Espírito Santo, somando uma área de 974.752km². As chuvas nessa região são bastante irregulares, se restringindo a três ou quatro meses durante o ano, com isso, é como longos períodos de seca. Os índices pluviométricos dessa região encontram-se abaixo de 400mm. Além disso, o solo da região é raso, rochoso e arenoso, impedindo o acúmulo de água. Portanto, o território é propenso a desertificação. As principais atividades econômicas do Semiárido brasileiro são a pecuária extensiva e a agricultura com finalidade de subsistência, agricultura familiar. Dados disponível em: embrapa.br. [Acesso em 20 de nov. de 2020].

preconceituosas acerca da condição não só cultural, mas principalmente, racial do índio acaboclado" (FERREIRA, 2006, p.8). Dessa maneira, os diálogos entre Antropologia e História nos permitem compreender os processos, os eventos históricos e as suas implicações na realidade indígena. Além disso, considerando a análise preliminar das relações entre cangaceiros e indígenas, se faz necessário realizar um estudo social acerca desses dois grupos para que possamos entender os motivos de tais interações.

O estudo também analisa obras de memorialistas, como por exemplo "O canto do Acauã: das memórias do Cel. Manoel de Souza Ferraz (Manoel Flor): a luta das Forças Volantes contra os cangaceiros", de Marilourdes Ferraz, onde é possível percebermos uma visão generalizante que determinados grupos sociais possuíam a respeito dos povos indígenas, principalmente acerca dos povos Atikum-Umã. À vista disso, utilizaremos tais obras para podermos compreender o pensamento de uma certa parcela da sociedade sertaneja à época para com outros grupos. Concomitantemente, os livros complementam as fontes de pesquisa, como por exemplo "Guerreiros do Sol: o banditismo no Nordeste do Brasil", de Frederico Pernambucano de Mello, que contribui para a contextualização e entendimento do cangaço, bem como as suas relações com a sociedade e com a região do sertão.

O *PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO* NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Os estudos a respeito da história dos índios no Brasil elaborados a partir da década de 1990, passam a evidenciar o protagonismo dos povos indígenas nos processos históricos. Destarte, a revisão historiográfica nos permite observar uma nova percepção acerca dessas diversas populações, como sujeitos históricos com participação ativa nos acontecimentos sociais e políticos no Brasil, trazendo-os como protagonistas da sua história e da história do país.

Dessa forma, as populações indígenas tiveram participações significativas e essenciais tanto nos processos de conquista como nos de colonização em toda a América, agindo de acordo com seus próprios interesses. Desse modo, os povos indígenas desempenharam múltiplos e relevantes papéis na "construção das sociedades

coloniais e pós-coloniais" (ALMEIDA, 2010, p. 9). Sendo relevante destacarmos que durante as primeiras três décadas do período quinhentista, os índios "não pretendiam dominar nem negar o outro, mas vivenciá-lo, relacionando-se intensamente com ele" (Ibidem, p. 38). Nesse contexto, a construção das relações entre os povos originários e os europeus foi estabelecida a partir dos escambos e das trocas, assim como também através dos casamentos e das guerras. Ao longo do tempo, os confrontos entre os diversos grupos e as alianças com os europeus se intensificaram, as comunidades indígenas permutavam entre os lados de acordo com as suas motivações e intenções, podendo gerar, a partir disso, alianças ou novos conflitos. Sendo assim, o contato estabelecido entre estes era um fator que desestruturava e introduzia significativas transformações – escravizações, guerras, epidemias, etc., na organização social das populações indígenas.

Os portugueses invadiram de forma paulatina o interior do antigo Norte[10], atual Semiárido nordestino. Estes viam mais vantagem em continuar produzindo cana-de-açúcar – por não possuírem estrutura suficiente para avançar diante da existência de diversos grupos indígenas no interior –, do que interiorizar a conquista para os íntimos dos Sertões (BRANDÃO, 1966, p. 7). Entretanto, após a invasão holandesa no século XVII, os colonizadores portugueses se depararam com uma forte crise econômica dado a múltiplos fatores internos e externos, como por exemplo a inflação dos preços dos escravizados e a produção antilhana (SCHWARTZ, 1979, p. 13-17). Devido a esse contexto, a coroa portuguesa começa a buscar novas alternativas que pudessem suprir o déficit financeiro e restabelecer a economia.

Dessa forma, a coroa começa a incentivar as expedições para o Semiárido, buscando novas formas para recompor a defasagem econômica. O povoamento no Sertão começa a ser intenso dado a alta procura pela mão de obra indígena e a expansão

[10] O termo Nordeste nunca foi encontrado em documentos do Brasil Colonial ou Imperial. O espaço territorial que hoje é demarcado pelo Nordeste era definido apenas como Norte, sendo o país dividido entre Norte e Sul. Apenas na década de 1920 que o "espaço 'natural' do antigo Norte cedera lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste". A esse respeito ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p. 51.

territorial, como também as investidas das entradas e bandeiras no interior do Brasil. Os processos de expansão territorial tinham em vista as criações de gado e a mineração, o Estado português visava conhecer e explorar economicamente o interior do Nordeste (ANDRADE, 2005), tais fatores influenciaram e ocasionaram grandes deslocamentos para a região do Semiárido brasileiro. Em razão da pecuária extensiva, os criadores de gado precisavam acompanhar as margens dos rios, principalmente o rio São Francisco, pela necessidade de água tanto para criação dos animais quanto para sobrevivência. A escassez das fontes de água e a busca da mão de obra indígena foram motivos de intensos embates entre índios e europeus na região e nos arredores dos rios.

Frutos dos conflitos e das invasões, as ações indigenistas aconteciam geralmente nas fronteiras de expansão, visto que os "povos indígenas mantinham sob seu controle amplos espaços territoriais (ou, inversamente ameaçavam o controle das frentes sobre estes)" (OLIVEIRA, op. cit., p. 19). Nesse contexto, se fazia necessária uma política que pudesse pacificar, disciplinar e mediar a convivência entre nativos e invasores, os aldeamentos e tutelas são exemplos dessa função das políticas indigenistas.

Segundo a historiadora Maria Regina, as populações indígenas que foram aldeadas tornavam-se "súditos cristãos e buscavam adaptar-se a um novo espaço físico e social, onde aprendiam novas regras e comportamentos que lhes permitiam novas estratégias de luta e sobrevivência no mundo colonial em formação" (ALMEIDA, 2003, p. 102). Nesse contexto, diante das invasões e das diversas violências sofridas, como uma forma de resistência e também de sobrevivência, "as comunidades indígenas estabeleceram relações de poder com a sociedade dominante" (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 14). Sendo assim, com os intensos conflitos, alguns povos originários necessitaram se realocar em outras áreas, passando por processos de reorganização social, espacial, demográfica, sociopolítica e sociocultural. Oliveira aponta algumas dessas dinâmicas vivenciadas pelos povos indígenas no Nordeste, definindo as como *processo de territorialização*:

> (...) é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a 'etnia', na América

> espanhola as 'reducciones' e resguardos, no Brasil as 'comunidades indígenas' – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando umas identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, op. cit., p. 24).

Aos arredores do Rio São Francisco, Ribeira e Moxotó, habitavam diversas comunidades indígenas, como por exemplos os Bancararu, Carapotó, Carnijó (Carijó), Chocó, Pipipã, Rodela, Tamaqueu, Tuxá e Umã (MEDEIROS, 2000, p. 117). Esses grupos vivenciaram o *processo de territorialização* definido por Oliveira, bem como adotaram diversas formas de resistência contra os invasores, entrando em conflitos com esses para defender suas terras em diversos momentos, conseguindo então se restabelecer no Semiárido de Pernambuco. Portanto, é possível encontrar, em espaço de múltiplos embates, no início do século XX, entrelaçamentos de hábitos e costumes oriundos das étnicas formadoras daquela região, marcada por uma pluralidade cultural[11].

O FENÔMENO SOCIAL DO CANGAÇO

Existem muitas versões do significado da palavra "cangaço", havendo diversas teorias acerca de seu surgimento e definição. Maria Isaura de Queiroz (1986), envereda pela mesma perspectiva de Billy Chandler (1980), onde o termo é relacionado à "canga" ou cangalho. Para Luiz Bernardo Pericás (2010), o termo já vinha sendo utilizado com o sentido atual desde meados do século XIX, remetendo a definição como grupos que andavam armados no Nordeste, se baseando no registro de Henrique de Beaurepaire Rohan, em seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*, indicando um "conjunto de armas que costumam conduzir os valentões" (publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional em 1889).

O ambiente sertanejo é um espaço rico de interações sociais, entretanto, os períodos de seca são constantes e fazem parte da intensa realidade das sociedades que

[11] É válido ressaltarmos que as populações no sertão do Nordeste eram compostas por diversos grupos sociais, índios, negros e tantos outros povos.

vivem no Semiárido do Nordeste. Dentro desse contexto, "a cada dez anos, aproximadamente, ocorrem secas muito rigorosas, que afetam praticamente toda a região" (CHANDLER, 1980, p. 17). Levando isso em consideração, entre os anos de 1877[12] e 1879 ocorreu uma seca duradoura no sertão pernambucano, criando, a partir de então, uma grande massa de castigados por esta. Ao mesmo tempo, aconteceram tumultos em vários locais, vilas foram invadidas e saques eram frequentes durante este momento. Nas décadas finais do século XIX para o início do XX, diante das movimentações e da grande seca, surge nesse espaço um fenômeno social, político e econômico, o cangaço. De acordo com Frederico Pernambucano de Mello, foi durante a seca de 1919 que o cangaço atingiu o seu apogeu. Segundo o mesmo, o cangaceirismo – fenômeno do banditismo do Nordeste – se deu por diversos fatores:

> (...) de desorganização social e de conseqüente inibição das atividades repressoras, tais como, revoluções, disputas locais, agitações de fundo místico ou *político ou social*, *lutas de família e principalmente as prolongadas estiagens* [grifo nosso], provocavam o rompimento do equilíbrio que permitia à sociedade sertaneja viver, produzir e continuar crescendo lado a lado com o cangaceiro, com base num compromisso tácito de coexistência. (MELLO, 1947, 45).

Nesse contexto, para o imaginário da população sertaneja, o cangaceiro representava um exemplo de coragem, "o sertanejo não admira o criminoso, mas o homem valente" (CASCUDO, 1984, p. 160), sendo estes uma consequência da ausência de controle. Os bandoleiros eram vistos como indivíduos que não obedeciam às leis, que possuíam o seu próprio código de conduta, que não se subordinavam as autoridades – tanto aos coronéis (os poderosos da terra) quanto ao Estado. O cangaço por muitas vezes era entendido como uma forma de resistência, como um reflexo esquecido de uma

[12] Jesuíno Brilhante chefiava um bando de cangaceiros durante esse período, gozando de boa reputação perante à sociedade sertaneja, pois, tinha a fama de distribuir provimentos aos necessitados. O cangaceiro dispunha uma reputação melhor do que a de Antônio Silvino e a de Lampião, entretanto, isso não impediu que o mesmo tivesse escravos ou frequentasse a cada de famílias bem conceituadas no Rio Grande do Norte, o cangaceiro dificilmente entraria em choque com os interesses dos grupos poderosos da região, pois ele fazia parte desse círculo – descendia de uma importante família da Paraíba, com grande poder político e econômico. A esse respeito ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 33 e 51.

resistência aleatória (FACÓ, 1976). Desse modo, como estratégia de sobrevivência, os cangaceiros se esforçavam para parecerem bons e justos perante a população sertaneja. Entretanto, é válido ressaltar que diversos relatos acerca das ações dos bandos de cangaceiros, acusavam estes de causar tumultos, saques, assaltos e extorsões, sobretudo nos estados da Bahia e de Pernambuco. Além disso, estupros, torturas e assassinatos faziam parte das práticas de violência desses grupos (PERICÁS, 2010, p. 17).

Os bandoleiros necessitavam adotar medidas estratégicas para sobrevivência, os coiteiros – fossem esses voluntários ou não –, de certo, contribuíram para que esse fenômeno se estendesse por todo o período lampiônico no Nordeste brasileiro. O cangaceiro Volta Seca quando preso na Bahia relata as autoridades locais que "Lampião, sem os coiteiros, é metade..." (MELLO, 2018, p. 212). Tendo em vista a pluralidade sertaneja e os constantes intercâmbios culturais, a relação entre indígenas e cangaceiros vem a acontecer de forma intensa, se construindo dentro desse contexto sociocultural.

OS CONTATOS ENTRE INDÍGENAS E CANGACEIROS NA SERRA DO UMÃ

Durante quase vinte anos, Lampião enfrentou as tropas volantes dos estados nordestinos. O chefe de um dos maiores bandos mostrou nessa época a sua habilidade em "tirar proveito do meio geográfico, social e cultural em que vivia" (SOUSA, 1994, p. 15). Em meio a um povo desamparado pelas autoridades e pelo Estado, Lampião consegue encontrar os seus locais de apoio e, consequentemente, de abrigo, constituindo nesses espaços uma vasta "rede de informações, de coiteiros, de amigos e simpatizantes" (Idem). Segundo o historiador Oleone Coelho Fontes, o relacionamento do cangaceiro com os povos indígenas, os sertanejos e demais, "apesar de tudo, pode ser considerado razoável" (FONTES, 1988, p. 256).

Nas primeiras décadas do século XX, o banditismo social[13] era evidente no

[13] Vale aqui salientar a diferença entre o banditismo e o cangaceirismo. O primeiro, como destaca Hobsbanw, "(...) desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e política, ao desafiar os que têm o poder, a lei e o controle dos recursos. Este é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados". Fazem parte do cangaceirismo os bandidos rurais, nômades, que vivem em grupos armados e percorriam o sertão do Nordeste, desde fins do século XIX até a primeira metade do

cotidiano do Semiárido. Dentro desse contexto, podemos observar as relações entre indígenas e cangaceiros na região. Os povos Atikum-Umã, durante o período lampiônico, foram coiteiros voluntários do grupo de Lampião, fornecendo abrigo, proteção e alimentação para os bandoleiros. Tanto os indígenas como parte da população sertaneja haviam incorporado a figura do rei do cangaço de tal forma que acabaram por criar laços de proximidade, estendendo-lhes relações estabelecidas no seio de sua comunidade.

Segundo a memorialista Marilourdes Ferraz (2012), a Serra do Umã era vista como uma fortaleza natural, porque se tratava de um local que possuía uma inclinação acentuada e o topo aplainado, sendo de difícil acesso para aqueles que não tinham conhecimento do território. Por isto, era considerado à época como um lugar de refúgio para os fugitivos da região sertaneja.

Entretanto, a Serra originalmente era habitada pelos povos indígenas e por quilombolas[14], datando desde o século XVII a presença de grupos indígenas. Portanto, não podemos considerar a região como apenas um esconderijo para fugitivos, cangaceiros ou criminosos, dessa forma estaríamos generalizando e marginalizando toda a diversidade étnica da Serra e da Região.

O que favoreceu que parte dos escritores e memorialistas compreendessem a Serra do Umã como um abrigo para fugitivos foram os dados da época (FERRAZ, 2012, p. 95), nos quais constam que, em fins do século XIX, o banditismo além de presente estava desmedido na região. Consequentemente, se fez necessário a criação de uma força policial que fosse capaz de combater o cangaceirismo no Sertão nordestino. Com isso, há uma intensificação nas relações entre indígenas e cangaceiros. Quando aconteciam os tiroteios e os confrontos, os bandoleiros fugindo da perseguição das tropas volantes saiam rumando para os seus pontos de abrigo para se protegerem das forças públicas.

---

século XX. Sendo assim, o bandido se refere a um inimigo do Estado, da ordem legal vigente, mesmo contando com a simpatia de parte do povo sertanejo. HOBSBANW, Eric. **Bandidos**. Paz e Terra. – 4. ed. – São Paulo, 2010. p. 21.

[14] Grupo (...) com quem os Atikum-Umã estabelecem fortes laços de familiaridade. CARVALHO, Maria Letícia de Alvarenga. **Quilombo de Conceição das Crioulas** – Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

Podemos observar através de um *Boletim Diário* da Polícia Militar de Pernambuco que tanto essa relação entre esses dois grupos quanto os diversos conflitos entre as tropas volantes e os bandoleiros eram intensos. O Major Teophanes Ferraz Torres relata nos documentos formais (*Boletim Diário*) acerca de uma contenda ocorrida entre os cangaceiros e as forças públicas, onde os primeiros fogem, seguindo em direção a Serra do Umã para se protegerem da ação dos volantes.

> (...) Bandidos em número superior sabiam que o sargento José Saturnino e Manoel Netto de modo que chegaram logar a propriedade de absolucta vantagem para eles, esperavam força em capo raso (...). Após tiroteio o grupo foi encontrado romando direção Serra Uman conduzindo 5 bandidos feridos (...). (ALBUQUERQUE, 2016, pp. 71-70).

Neste embate, o comandante geral das Forças Volantes – Teophanes Torres –, declarou que este tiroteio teve como saldo, seis volantes mortos e quatro feridos. Contra um cangaceiro morto e cinco feridos, segundo o informe. O relato nos indica que os bandoleiros rumaram em direção a Serra do Umã em busca de apoio e ajuda medicinal das comunidades indígenas, nos mostrando mais uma vez a intensa relação entre esses dois grupos.

CONCLUSÃO

Nessa perspectiva, considerando os aspectos apresentados e estudados, podemos concluir que a relação entre cangaceiros e indígenas foi estabelecida de forma intensa e espontânea. O antropólogo Rodrigo de Azeredo Grünewald aponta um evento em que os Atikum ensinam ao rei do cangaço e ao seu grupo a fazer jurema[15], e estes "a bebiam em situações que envolviam violência e bebedeiras alcóolicas" (GRÜNEWAL, 2005b, p. 118). Constatando dessa forma os laços de proximidade entre bandoleiros e indígenas no Sertão de Pernambuco. Levando em consideração o que foi analisado, apesar de Virgulino Ferreira da Silva ter tido vínculos com outras comunidades indígenas, como por exemplo os Pankararé na Bahia, a maioria dos documentos encontrados abordam acerca das relações entre os descendentes de Umã – o índio mais velho – e os cangaceiros.

[15] O nome jurema está associado a plantas, bebidas e até religiosidades específicas. Atribui-se uma utilização originária da jurema as populações indígenas do Nordeste brasileiro. (GRUNEWALD, 2018).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas (1922-1938). – 1. ed. – Rio de Janeiro: Autografia: Recife: EDUPE, 2016.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil** (1618). Recife, 1966.

CARVALHO, Maria Letícia de Alvarenga. **Quilombo de Conceição das Crioulas** – Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984. (Reconquista do Brasil, nova série, V).

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Tradução: Sarita Linhares Barsted. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do Acauã**: das memórias do Cel. Manoel de Souza Ferraz (Manoel Flor): a luta das Forças Volantes contra os cangaceiros. – 4 ed. – Recife: Ed. da autora, 2012.

FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no Império. Recife: UFPE, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

FONTES, Oleano Coelho. **Lampião na Bahia**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. *In*: **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste

indígena. OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). – 2. ed. – Contra Capa Livraria/LACED, 2004. pp. 139-174.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do Toré. In: _____. (org.). **Toré**: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana, 2005b.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Nas Trilhas da Jurema**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 38(1): 110-135, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rs/v38n1/0100-8587-rs-38-1-00110.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

HOBSBANW, Eric. **Bandidos**. Paz e Terra. – 4. ed. – São Paulo, 2010.

MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA MATTAR, Jorge Luiz. **Andarilhos e Cangaceiros**: a arte de produzir território em movimento. – 1. ed. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros**: povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial. Recife: UFPE, 2000. (Tese de Doutorado em História).

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: o banditismo no Nordeste do Brasil. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: _____. (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. – 2. ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá**: relações socioambientais no Sertão Pernambucano. Campina Grande, 2014. Dissertação (Mestrado em História).

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo, 1953.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SANTOS JÚNIOR. Carlos Fernando dos. **Os índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: O autor, 2015. Dissertação (Mestrado em História).

SCHWARTZ, Stuart. "Introduction". **A governor and his image in baroque Brazil: the funeral eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça** / Juan Lopes Sierra; edited by Stuart B. Schwartz; translated by Ruth E. Jones. Minneapolis, 1979.

SOUSA, Jovenildo Pinheiro de. **Sertão Sangrento**: luta e resistência. Recife, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12638209/capitulo-quatro-pelourinho/3>. Acesso: 20 de nov. 2020.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **Operação anti-cangaço**: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, nº 25, p. 93-113, abr. 1999.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão pernambucano. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.